

Revista

EVOLUÇÃO

Ano IV
n. 46 Nov.
2023
ISSN 2675-2573

Faustino Moma Tchipesse

**A EDUCAÇÃO É A CHAVE PARA DESCODIFICAR O
MANANCIAL DOS PROBLEMAS QUE ENCRAVAM AS
LINHAS DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES.**



Filiada à
**ABEC
BRASIL**
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS/PKP

 **CiteFactor**
Academic Research Journals

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 46 - Novembro de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Thaís Thomaz Bovo

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaneuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Aline Pereira Matias

Ana Cristina Silva Camisao Pereira

Denise Teixeira Santos Menezes

Fabiana Gouvêa Rodrigues

Fernanda dos Santos Ikier

Gizilda Barreto de Almeida Ribeiro

Graziela de Carvalho Monteiro

Jonatas Hericos Isidro de Lima

Solange Alves Gomes Zaghi

Thaís Thomaz Bovo

Vidal António Machado

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 46 (nov. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 128 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.46

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.46>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Antônio Raimundo Pereira Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

07 Ciências, Tecnologia e Sociedade

Adeilson Batista Lins

**14 FAUSTINO MOMA TCHIPESSE
FALÁCIAS SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO****ARTIGOS
ARTIGOS**

- | | | |
|---|------------------------------------|-----|
| 1. A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A NEUROCIÊNCIA COMO FERRAMENTAS PARA COMPREENDER COMO OS ESTUDANTES APRENDEM | ALINE PEREIRA | 17 |
| 2. CRIANDO PONTES PARA O APRENDIZADO: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL | ANA CRISTINA SILVA CAMISAO PEREIRA | 25 |
| 3. TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO INFLUENCIANDO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM EDUCACIONAL | DENISE TEIXEIRA SANTOS MENEZES | 37 |
| 4. DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO E GESTÃO DE ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTIVA PARA MULHERES NOS CEUS DA CIDADE DE SÃO PAULO | FABIANA GOUVÊA RODRIGUES | 49 |
| 5. A FORMAÇÃO INTEGRAL DO CIDADÃO E A RECUPERAÇÃO CONTÍNUA | FERNANDA DOS SANTOS IKIER | 61 |
| 6. A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DISLÉXICAS | GIZILDA BARRETO DE ALMEIDA RIBEIRO | 69 |
| 7. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA A PRÁTICA DO ENSINO ACADÊMICO | GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO | 77 |
| 8. A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO | JONATAS HERICOS ISIDRO DE LIMA | 85 |
| 9. MIGRAÇÃO: ACOLHIMENTO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL | ROSINALVA DE SOUZA LEMES | 93 |
| 10. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS CAMINHOS PARA A IGUALDADE | SOLANGE ALVES GOMES ZAGHI | 101 |
| 11. A IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E A FACULDADE DE DIREITO DA USP: DOIS IMPORTANTES PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO | THAÍS THOMAZ BOVO | 109 |
| 12. TELEVISÃO E A INSTITUIÇÃO ESCOLAR. OS EFEITOS COGNITIVOS DAS MENSAGENS TELEVISIVAS E A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM | VIDAL ANTÔNIO MACHADO | 117 |

DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO E GESTÃO DE ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTIVA PARA MULHERES NOS CEUS DA CIDADE DE SÃO PAULO

FABIANA GOUVÊA RODRIGUES¹

RESUMO

O presente artigo é um relato de experiência pautado na literatura acadêmica que descreve desafios e considerações acerca da promoção de atividades físicas e esportivas para mulheres nos CEUs da cidade de São Paulo. Para compreender e refletir sobre esses desafios é preciso considerar as características e contextos sociais na qual os CEUs estão inseridos e abarcar de qual mulher estamos nos referindo, perscrutar em suas particularidades e intersecções. Descrever e refletir sobre esporte e mulher é discutir sobre uma educação de gênero, sobre uma educação em direitos humanos que afeta a todos: homens, mulheres, LGBTQIA+, negras, pessoas com deficiência, pessoas de diferentes classes econômicas.

Palavras-chave: Desafios; Desigualdades; Esporte; Gênero.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de mulher e esporte é inegável a relação existente com a sociedade construída a partir do patriarcado, não diferente, a segregação das modalidades esportivas e, SALLES-COSTA, R. et al.(2003) ilustra bem esta relação e aponta que no final do século XIX na Europa, os exercícios físicos para as mulheres tinham como finalidade a manutenção da saúde, principalmente a saúde reprodutiva e o embelezamento do corpo feminino, já para os homens, a prática de exercícios físicos era como uma afirmação da masculinidade associada à ideia de força e domínio do corpo.

Uchoga e Altmann (2016), Auad e Corsino (2018) apresentam estudos que identificam e denunciam as desigualdades existentes nas participações, no acesso, na permanência e colocam em pauta as desigualdades de gênero no esporte, nas atividades físicas e no lazer. No Brasil, a Constituição Federal define a igualdade de direitos para todos, sem distinção de gênero, mas, ainda assim, as desigualdades de gênero revelam-se na oferta, no acesso e frequência de prática esportiva, na cobertura midiática do esporte, nos patrocínios, nos cargos de liderança e gestão, entre outros (ALTMANN, 2015, 2018; BARREIRA, 2021). Por isso, é preciso atentar-se aos detalhes, pensar, discutir e replanejar sobre ações de democratizar o esporte nas esferas das políticas públicas que discorrem sobre os objetivos de

¹ Professora na rede pública de ensino de São Paulo

desenvolvimento sustentável proposto pela Unesco (5. Igualdade de gênero e 10. Redução das desigualdades) e atuam para a redução dessa desigualdade e exercício desse direito.

Esta narrativa parte da escrevivência, do olhar poético e literário de uma professora de Educação Física Escolar com mais de 10 anos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) que assumiu um cargo de gestão de política pública como Assistente Técnico de Educação, na Divisão de Esporte Corpo e Movimento, na Coordenadoria dos CEUs, na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/COCEU/DIESP). Deste ponto de vista, pautada na literatura acadêmica e partilha de ações e projetos, pretende-se descrever os desafios de garantir o acesso e a permanência do Esporte Educacional para Todxs, inicialmente ponderado para o gênero feminino, com equidade e inclusão social, como estímulo de ampliar e democratizar as possibilidades da prática.

O Centro de Educação Unificado (CEU), é um equipamento educacional regido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME SP), construídos nas regiões periféricas da cidade, onde se encontra o maior índice de vulnerabilidade com o objetivo de promover uma educação de maneira integral, democrática, emancipatória, humanizadora e com qualidade social e acesso à cultura, o esporte, lazer e recreação.

As atividades físicas regulares oferecidas pelo CEUs tem como público alvo toda a população de seu território, estas devem ser gratuitas e toda e qualquer cobrança é inconstitucional. De modo geral, as modalidades oferecidas são: Jogos e Brincadeiras, Jogos de Tabuleiro, Identidade Cultural, Caminhada e Corrida, Atletismo, Atividades Rítmicas e Dança, Atividades de Bem Estar, Atividades com Raquetes, Atividades Aquáticas, Atividades com bolas, Artes Marciais e Lutas, Condicionamento Físico e Ginástica.

Observada a oferta de modalidades de atividades físicas e esportivas nos CEUs, a cultura esportiva das modalidades “femininas” e modalidades “masculinas” se mantém, é preciso ampliar a reflexão do que representa essa segregação, como é construída culturalmente e o quanto é excludente com grupos minoritários. A grade de horários das atividades físicas e esportivas nos CEUs são organizadas de acordo com a demanda apresentada no território, desta forma, justificam essa segregação como um favoritismo de cada gênero. SALLES-COSTA, R. et al.(2003) aponta a necessidade de aprofundar na literatura sobre gênero, a construção social do corpo para avaliar as atitudes de homens e mulheres diante da prática de atividades físicas, compreendidas também como fenômeno social. Enfim, a prática de esportes é uma experiência potente, tanto para refletir os problemas de uma sociedade, como também um instrumento de formação e transformação.

A princípio cogitado para o feminino, para aprofundar nas reflexões sobre desigualdades de gênero, a SME/COCEU/DIESP retomou o Março Mulher em 2022 e propôs ações de políticas públicas com o título: “A atividade física e esportivas para as mulheres: do direito ao acesso” amparada em três conceitos: acolhimento, segurança e a escuta! Este artigo descreve as ações e considerações acerca desta proposta que buscou compreender e abranger os desafios que a mulher enfrenta para praticar esportes ao longo de sua vida e, para compreender esta mulher, é preciso perscrutar em suas particularidades e intersecções.

Para esta discussão, busca-se analisar qual o ponto desta desigualdade e em qual contexto está inserido. Desta forma, compreender a participação feminina e as modalidades

oferecidas no que se refere às atividades físicas, esportivas e de lazer oferecidas pelos CEUs na cidade de São Paulo e descrever este estudo com base nas reflexões literárias e nas construções coletivas fundamentadas nas experiências práticas das ações e projetos já desenvolvidos.

A igualdade de direitos é reconhecida pela população, mas a sua desigualdade na prática perpassa por diversos fatores objetivos e subjetivos, culturais e históricos. Sabe-se que o esporte é um instrumento potente de formação e, se o público que não se enquadra no padrão homem/branco/hetero normativo, por vezes está fora do contexto esportivo, então temos um fator de desigualdade na formação e na educação destes cidadãos, o que reflete em tantas outras questões físicas e sócio emocionais para toda uma sociedade.

Discutir sobre gênero e esporte, é refletir sobre uma educação de gênero e dissertar sobre os direitos fundamentais do ser humano: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança (Art 6º da Constituição Federal de 1988).

1. O EQUIPAMENTO CEU

O Centro de Educação Unificado (CEU) é um equipamento educacional regido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME SP), construído com o objetivo de promover uma educação à população de maneira integral, democrática, emancipatória, humanizadora e com qualidade social. Compreende que a educação se faz presente com o acesso à cultura, o esporte, lazer e recreação, possibilitando o desenvolvimento do ser humano como um todo, como pessoa de direitos e deveres e dono de sua história². A ideia de um equipamento educacional potente que desenvolva o ser humano na sua integralidade já vem sendo desenhada há muito tempo. Inserido nas regiões periféricas da cidade, onde se encontra o maior índice de vulnerabilidade, o CEU, hoje é tido como um espaço poderoso no que se refere à formação democrática, emancipatória e acessível.

Conforme Ganotti (2000) aponta, a elaboração da proposta de um equipamento arquitetônico educacional para o desenvolvimento comunitário nas regiões periféricas é um grande desafio, desde a ideia das escolas parque em 1950 idealizado pelo educador Anísio Teixeira no estado da Bahia, até outras tentativas de programas no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

A ideia de um equipamento urbano voltado para a inclusão social já havia sido tema de discussão da gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1992, quando Paulo Freire ainda era secretário da Educação. Naquela época, estava na direção no Departamento de Edificações do município (Edif) a arquiteta Mayumi de Souza Lima, que estudava as relações entre arquitetura e educação na perspectiva de que o espaço ajuda o cidadão a se educar e a balizar sua conduta. Essa visão procurava superar o tipo de proposta para as construções escolares desenvolvida nas décadas de 70 e 80, com uma tendência de padronização dos edifícios públicos, em especial os prédios escolares, o que ocasionou a compartimentagem dos ambientes e

² Disponível em: <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 23.03.2023.

dificultou a comunicação dos diferentes segmentos presentes na escola, tornando assim a ambiência das unidades escolares como fator relevante na formação de cidadãos. Essa mudança na concepção e na ressignificação da arquitetura escolar contribuiu para o desenvolvimento do projeto CEU, visto que houve importante mudança na dimensão do prédio destinado à educação e principalmente em sua configuração, procurando-se maior integração entre os setores da escola e entre a própria escola e o espaço exterior, o bairro. (CANGUSSÚ, 2010).

Os CEUs foram implantados pela primeira vez em 2002. Até 2004, eram 21 equipamentos em toda a cidade de São Paulo. Estas 21 Unidades possuem: um prédio para atendimento da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Ensino Regular, um prédio com ginásio poliesportivo, salas multiuso, teatro, piscina e biblioteca. Algumas unidades contam também com pista de skate. As construções dos CEUs foram realizadas para atender as demandas do território, por isso, sua localização está nas áreas de maior índice de vulnerabilidade social (ANDRADE e GRAÇA, 2016) onde historicamente e geograficamente sofrem com a falta de equipamentos de lazer, cultura e esporte. A partir de 2005, foram construídos mais 24 CEUs, em 2013 teve a estruturação do CEU Heliópolis em um território onde já funcionava uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) e três CEIs (Centro Educação Infantil). Este CEU é o único que não possui teatro, porém conta com outras estruturas educacionais como estúdio e sala de cinema. A Cidade de São Paulo conta ainda com 12 CEUs que tiveram início das suas atividades no ano de 2022 e mais 3 CEICs (Centro de Educação e Cultura Indígena). Estes equipamentos recebem toda a programação cultural regida pela SME SP e devem seguir as mesmas diretrizes de uma gestão democrática e emancipatória, porém, além de sua estrutura arquitetônica diferenciada, a gestão destes equipamentos é realizada por entidades conveniadas.

Os 46 CEUs construídos até 2013, comportam até 7 Analistas de Educação Física com jornada de 20 ou 40 horas, para oferecer atividades físicas e esportivas nas quatro dimensões: saúde, lazer, esporte e brincar. A grade de horários para atendimento ao público é elaborada junto com a gestão do CEUs de acordo com a demanda do território. Desta forma, como determina a portaria SME Nº 3.844 DE 20 DE MAIO DE 2016 em legislação específica, os espaços dos CEUs são divididos entre as Unidades Educacionais, a grade de horários das atividades físicas/esportivas, as apresentações culturais e a reserva de espaços feita pela comunidade.

Conforme o regimento dos CEUs, as atividades oferecidas devem dialogar com a demanda apresentada pelo território e atender a todas as faixas etárias. É importante ressaltar que a legislação descreve sobre ações referentes à divulgação ou indicação de outra atividade caso a modalidade apresenta número insuficiente de matriculados e assiduidade.

Para Ganotti (2000), para a implementação do programa CEU com a qualidade que foi projetada, o seu desenvolvimento deve seguir os seguintes princípios e orientações: modelo de gestão que atende a diversidade cultural; projeto político-pedagógico autônomo; compreensão da unicidade da escola pública; ser um centro de formação continuada para

professores, pais e comunidades; O CEU não pode ser confundido com uma escola de tempo integral, é uma unidade que promove o desenvolvimento do indivíduo na sua integralidade; não pode ser considerado com uma escola para pobres ou um clube recreativo e nem ser politizados, o CEU não é caridade, não é para uso eleitoral, o CEU é garantia de direitos para uso comunitário.

A portaria e o regimento norteiam as ações para que estas dialoguem com os princípios e orientações para o desenvolvimento das atividades no CEU e, projetos e programas são desenvolvidos ao longo dos anos consolidando e dialogando com a ideia de um ambiente educador social, como por exemplo: O Recreio nas Férias, InterCEUs, UNICEU, Clube de Xadrez, Visitas Monitoradas, etc. São estas ações que fazem do CEU um equipamento de educação pública de qualidade, de experiências, rede de proteção social e garantia dos direitos humanos.

Os números de atendimentos dos CEUs e a grande participação da população nos projetos e programas desenvolvidos demonstram a qualidade e a eficiência do equipamento, por isso é extremamente importante dados e estatísticas para nortear ações de políticas públicas. Porém, quando falamos de CEU, falamos da complexidade que é este equipamento, da grande diversidade de atendimento e da riqueza de experiências que proporciona ao território no qual está inserido!

Larrosa (2002) disserta sobre a importância de distinguir informações de experiências, compilar números e obter resultados estatísticos como forma de qualificar o trabalho realizado pode ser uma armadilha do sujeito moderno, cada vez mais sedentos por informações e sem tempo para observar e experienciar o que se passa ao seu redor.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2022, p.24).

Com o equipamento tão potente e estruturado, com uma gestão democrática que atenda as demandas da comunidade, localizado nos lugares que apontam vulnerabilidade social, parece evidente que esta política pública promove acesso e permanência à atividade física, lazer e cultura a todos sem distinção. Porém, quando temos um olhar apurado, para além do que é visto ou registrado, um olhar para o que é vivido dentro dos CEUs, observamos rompimento de barreiras e tantas outras barreiras ocultas a serem rompidas, subjetivas e interpessoais para que de fato muitas pessoas possam exercer seu direito e ser protagonistas das próprias histórias.

Para ter essa leitura da qualidade do CEU e dos desafios que este equipamento educacional enfrenta para exercer a função de garantia dos direitos humanos básicos (educação, saúde, esporte, lazer e cultura) e seu acesso e permanência mencionado na Constituição Federal é preciso compreender todo o contexto histórico no qual os CEUs estão envolvidos. Compreender que as próprias demandas já demonstram uma desigualdade de gênero e o cardápio oferecido nos CEUs podem mascarar uma reprodução automática da cultura patriarcal de desigualdade. O exercício da democracia é uma ação passível de aprendizado, por isso, é fundamental ter este equipamento para que a democracia possa ser refletida, vivida e de fato praticada dentro dos CEUs.

1.1 INTERESSES E MOBILIZADORES PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICA

Os CEUs possuem autonomia para elaborar sua grade de horários das atividades físicas e esportivas de forma a considerar as demandas e contexto cultural no qual está inserido, podem propor e estimular modalidades. De modo geral, as modalidades oferecidas são: Jogos e Brincadeiras, Jogos de Tabuleiro (GO e Xadrez), Identidade Cultural- Capoeira, Clube de Caminhada e corrida, Atletismo, Atividades Rítmicas e Dança (Jazz, Dança do Ventre, Ginástica Rítmica, Dança de Salão, Ballet), Atividades de Bem Estar (Yoga, Tai Chi Chuan, Lian Gong), Atividades com Raquetes (Tênis de mesa, Badminton, Tênis, Beach Tênis), Atividades Aquáticas (Natação, Hidroginástica), Atividades com bolas (Voleibol, Futsal, Handebol, Basquete, Rugby, Futebol de Campo), Artes Marciais e Lutas (Taekwondo, Kung Fu, Judô, Boxe, Jiu Jitsu), Condicionamento Físico (Alongamento, Ginástica Localizada, Treinamento Funcional, Musculação, Pilates, Aeróbica, GAP) e Ginástica (Ginástica Geral ou Ginástica para Todos, Ginástica Artística e Ginástica Rítmica).

O condicionamento físico corresponde a grande parte dos atendimentos às mulheres, e mostra que elas estão em busca de realizar atividades físicas relacionadas ao cuidado com a própria saúde, muitas vezes esta prescrição se dá pela parceria CEU e UBS: “Essa mulher que está voltando para o CEU e se permitindo largar a louça, é porque ela ficou doente. A única contraposição é que ela só frequentou o CEU depois de adquirir alguma doença associada ao trabalho, algumas mais jovens com LER, coluna, porque são pessoas que trabalham muito com esforço físico. A mulher busca no CEU um local para a melhoria da saúde e se liberta de questões sócio emocionais. A mulher coloca maiô, entra em uma piscina que nunca entrou, pensa em fazer uma hidroginástica, em passear para locais com piscina. Transforma a forma de ver e ler o mundo. A piscina liberta muita pessoas no CEU”³.

2. MULHERES NOS CEUS

Pensado originalmente para homens, a prática esportiva foi uma conquista histórica das mulheres. Até 1979, vigoraram no Brasil interdições legais à prática de esportes por mulheres, limitando suas oportunidades. Por outro, a existência dessas leis também é indício da sua presença nas práticas esportivas, evidenciando movimentos de resistência e a ampliação dos direitos (DEVIDE, 2005, GOELLNER, 2021). Na atualidade, as desigualdades de gênero não estão no campo do direito, mas na oferta, acesso e frequência de prática esportiva, na cobertura midiática do esporte, nos patrocínios, nos cargos de liderança e

3 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PCAugNah66g&t=488s>, acesso em 10/05/2023

gestão, entre outros (ALTMANN, 2015, 2018; BARREIRA, 2021). A ampliação do acesso e permanência das mulheres nos CEUs também é uma preocupação.

A partir das experiências e do contato estreito com os CEUs da cidade de São Paulo, é possível afirmar que os atendimentos de atividades físicas e esportivas oferecidos pelos CEUs de forma regular tem como público majoritário as mulheres adultas e idosas, dialogando com os depoimentos das Analistas de Cultura e Desporto – EF⁴ que declaram que muitas destas mulheres vão em busca de saúde e qualidade de vida.

Uma preocupação é analisar a influência da questão histórica nas demandas e nas escolhas das modalidades disponíveis e o quão forte ainda é a cultura da segregação destas modalidades. Para atender a diferentes gêneros, com intuito de formar quórum e incluir todos nas ofertas, é comum os CEUs divulgarem as modalidades mistas, porém, isto não impede a predominância do gênero a depender da atividade física e esporte. Nos CEUs, as turmas mistas funcionam bem para as crianças, já na adolescência, ocorre a evasão das mulheres nesta faixa etária quanto a prática de atividades físicas e esportivas, não diferente ocorre no Brasil, onde a porcentagem de meninas que abandonam a prática esportiva na puberdade é de 34,8%⁵. As turmas mistas entre adultos e idosos, segundo relato da Analistas de Cultura e Desporto – EF⁶, gera um desconforto e insegurança entre as mulheres e afasta o público masculino para a prática, necessitando de uma análise mais criteriosa e subjetiva para então promover ações que atendam a todos. Desta forma, podemos afirmar que as mulheres praticam atividades físicas, mas ainda não exercem o seu protagonismo, pois, é quando criança e adolescente que se experimenta e conhece diversas formas de se expressar corporalmente, ora, se na fase da adolescência as mulheres estão em minoria na prática esportiva, suas escolhas vão partir de um vazio nas experiências esportivas, determinada pelo contexto de segregação que ainda atravessa nossa sociedade.

2.1 CEU: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E APOIO SOCIAL

A partir das ações do mês de março realizadas pela SME/COCEU/DIESP no ano de 2022, com a escuta das mulheres que trabalham nos CEUs e também da comunidade que frequenta as atividades físicas e esportivas nos CEUs, foi possível para além do observar, mas de certa forma viver, sentir e experimentar tamanha importância da Educação Física na qualidade de vida destas pessoas, demonstrado até pela melhora postural das alunas, como apontam as Analistas de Cultura e Desporto que atuam nos CEUs⁷.

Para além da prática esportiva e de atividade física, o CEU promove socialidades e se constitui em uma rede de apoio. A frequência nas atividades e projetos desenvolvidos nos CEUs propiciam experiências e uma rede de amizade que pode ser um fator crucial para proteção de muitas mulheres e meninas, compreender melhor as dores não ditas, despertar memórias e histórias de superação de cada pessoa ali presente, construir saberes coletivamente, compreender que existem diversas formas de ler o mundo, um exercício de democracia, diversidade e emancipação.

4 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PCAugNah66g&t=488s>, acesso em 10/05/2023

5 Fonte: **Diagnóstico Nacional do Esporte**, 2015, acesso em 17/04/2023

6 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PCAugNah66g&t=488s>, acesso em 10/05/2023

7 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PCAugNah66g&t=488s>, acesso em 10/05/2023

Da prática, decorrem benefícios intrínsecos e extrínsecos a ela. Essas atividades promovem o acesso à cultura corporal de movimento, a vivência do movimento e aprimoramento dos gestos, a saúde e o bem estar, entre outros. Outrossim, nestes espaços educacionais, mulheres se fortalecem, ultrapassam barreiras, trocam experiências e encontram redes de apoio, sem dúvida, as experiências ali desenvolvidas são potencialidades formativas que se expandem para toda uma família e atravessam gerações, e é importante destacar que, por se tratar de experiências, assim como Larrosa (2022) menciona, trata-se de transformação social.

Mas ainda assim, a prática de atividades físicas e esportivas nos CEUs, mesmo em transformação, ainda apresenta inúmeros desafios para garantir o direito e acesso ao lazer, esporte e recreação a todos sem distinção de forma democrática e emancipatória. Diferentes públicos, de diferentes faixas etárias, cada um com suas especificidades: homens, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, negros; cada grupo com suas particularidades, interseccionalidades, necessidades e dificuldades, enfrenta diferentes desafios para uma prática mais regular e plena.

2.2 DIA INTERNACIONAL DA MULHER: ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO PARA A PRÁTICA ESPORTIVA

Uma política pública que propõe a igualdade de gênero, compreende estas ações sociais e deve estar amparada em três conceitos: acolhimento, segurança e a escuta! A ação foi desenvolvida em março de 2022 com o título Março Mulher: “A atividade física e esportivas para as mulheres: do direito ao acesso” buscou compreender e abranger os desafios que a mulher enfrenta para praticar esportes ao longo de sua vida. Para cada fase da vida, há suas particularidades e, para cada mulher também: a mulher que é mãe, a mulher negra, a mulher com deficiência, a mulher LGBTQIA+, a mulher cuidadora e suas intersecções.

Desta forma, compreendemos o quão é potente o lugar de fala e a representatividade: “Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (RIBEIRO, 2020, p.89). Desta forma, buscou-se o protagonismo e a fala das mulheres que pudessem de alguma forma representar a mulher e sua diversidade.

Em parceria com outras divisões, o mês foi repleto de “chamadas” institucionais para a reflexão, A DIESP apresentou vídeos curtos que discorriam sobre as experiências das mulheres e Atividade física, e demonstrou a relação de transformação que a Atividade Física e o esporte teve e tem na vida destas mulheres e quantas barreiras já foram superadas.

Foi realizado um ciclo de palestras pensadas para cada faixa etária e seus desafios. O conhecimento foi compartilhado com professoras especializadas e também mulheres que com suas experiências são referências para a população, o ciclo de palestras encerrou com uma roda de conversa entre as mulheres professoras/analistas de Educação Física que atuam diretamente com o público feminino nos CEUs.

Os vídeos transcenderam e gerou uma demanda importante: Olhar para a mulher para além do papel de vítima, isso é direito à dignidade, se ater às armadilhas midiáticas e sensacionalistas, pois é preciso aprender a ser protagonista da própria história!

Os relatos foram tão potentes, que posterior a este ciclo de palestras foi organizado um curso híbrido, com as discussões dos vídeos e mais um encontro presencial sobre as metodologias nas aulas, nos atendimentos das instituições e suas segregações. Foram debates de construções coletivas, em que os professores apresentaram experiências semelhantes e por isso construíram juntos novos olhares para a mulher no esporte. O encontro sugeriu a reflexão sobre a própria cultura, sobre a reprodução automática da cultura patriarcal e o quanto podemos refletir para construir uma nova cultura de igualdade e respeito. Ações que discorrem sobre a igualdade de gênero devem estar presente em todas as instâncias, por isso, o curso discorreu sobre a importância de pensar sobre formações que se estendem a todos os funcionários, pais e comunidade.

Um dos eixos norteadores de todo o projeto foi a escuta, uma escuta de qualidade sem interferências. Nem todos conseguem e querem expor e falar em uma mesa ou roda de discussão. As conversas com mais qualidade são as espontâneas, em que as locutoras sentem-se seguras e, geralmente, ocorrem nos bastidores, antes ou depois dos eventos, em que as pessoas sentem-se à vontade para contar sua história e declarar seu ponto de vista. Durante as tratativas para a realização das propostas, foram muitas mulheres e profissionais ouvidos, sempre com experiências potentes de formação, a cada voz ouvida, um relato, uma história, uma experiência de representatividade, luta e superação e, a cada escuta um: "Obrigada pelo espaço e por nos ouvir".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação garante os direitos igualitários de todas as práticas esportivas, mas na prática existem inúmeros obstáculos a serem superados para que inúmeras mulheres possam de fato acessar e exercer esse direito.

Fica evidente, portanto, que a falta de demanda da participação feminina nas modalidades esportivas não está ligada ao gosto e às suas escolhas e que esse argumento é mais um fator que contribui para o aumento da desigualdade de gênero, "[...] o acesso e a adesão à cultura corporal de movimento são desiguais para meninos e meninas, homens e mulheres, pessoas cis e transexuais. Olhar para a cultura corporal de movimento a partir da perspectiva de gênero contribui para torná-la mais democrática e menos desigual." (MARIANO, ALTMANN, 2023).

Mariano e Altmann (2023) afirmam que isto se dá porque o gênero é um marcador social de diferenças que atravessa as relações sociais, a constituição dos sujeitos, os processos de ensino aprendizagem, a cultura e os conhecimentos. Por isso, é preciso compreender os fatos históricos e culturais que acercam o território que o CEU está envolvido e buscar uma metodologia sem segregação de gêneros, em constante transformação, além das formações que promovem a escuta e a reflexão com toda a comunidade CEU (funcionários e frequentadores).

Uma ação de política pública como o projeto Março Mulher e em continuidade ações para Mulher no Esporte, com a proposta de atingir todas as mulheres deve-se evitar retratar as mulheres de forma generalizada. Ações generalizadas partem de um vazio e gera uma proposta superficial e midiática, em que mulheres com suas singularidades e interseccionalidades não se identificam e pouco se sentem representadas.

A busca por pílulas e chamadas, as escutas para as articulações de todas as palestras e ações propostas, forneceram experiências e escutas de qualidade, escutar diferentes mulheres, de diferentes regiões e diferentes funções na sociedade foi revelador, fez-se compreender que discutir sobre uma educação de gênero é uma discussão que afeta a todos: homens, mulheres, LGBTQIA+, negras, pessoas com deficiência, pessoas de diferentes classes econômicas. Discutir sobre uma educação de gênero é dissertar sobre os direitos fundamentais do ser humano: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança (Art 6º da Constituição Federal de 1988).

Atuar junto aos CEUs, aproximar-se dos professores de Educação Física que atuam como Analistas de Cultura e Desporto – Educação Física revela questões a serem respondidas, na qual faltam dados comparativos para compreender melhor como decorre a segregação das modalidades esportivas neste equipamento e o quanto isso afeta não somente as mulheres, mas toda a classe trabalhadora que está presente nos territórios onde os CEUs estão inseridos, faltam também pesquisas que incluam os CEUs inaugurados a partir do ano de 2022, no qual tem sua gestão efetuada por uma entidade parceira.

Um programa com a temática gênero e esporte deve-se fazer presente em todas as ações de âmbito educacional e esportivo, todos os projetos e ações devem ter esta pauta, seja na equivalência das competições, no potencial de formação com professores e com a comunidade, nos testes físicos, na metodologia aplicada, na postura dos professores, gestores e todos os funcionários dos CEUs. Ter um equipamento educacional potente em regiões com alto índices de vulnerabilidade por si só não basta, é preciso de ações e programas de políticas públicas que compreendam o contexto na qual este CEU está inserido e oferecer oportunidades, vasta experiências, estímulos para que de fato afete o sujeito ali presente e então ponderar a possibilidade desse sujeito ser dono de suas escolhas e protagonista de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, Helena. **Educação física escolar: relações de gênero em jogo**. São Paulo: Cortez, 2015. 174 p.
- ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; FERNÁNDEZ GARCÍA, Emilia; RAMIREZ RICO, Elena; POLYDORO, Soely A. J. **Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos**. Revista Estudos Feministas, v. 26, p. 1-16, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n144074>
- ANDRADE, J. L.; GRAÇA, V. A. C. **Ambiente Físico e Humano: Avaliação pós ocupação no Centro Educacional Unificado (CEU) Vila Atlântica**. Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2016. Disponível em: <http://mto.ifsp.edu.br/images/CPI/Anais/IC/2183.pdf>
- BARREIRA, Júlia. **Mulheres em cargos de liderança no Esporte: rompendo o teto de vidro ou percorrendo o labirinto?**. Movimento, [S. l.], v. 27, p. e27080, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.118131. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/118131>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BERGAMO, J. C.; GIELFE, S.E. **Escola Parque: Anísio Teixeira e o sonho de Ensino**. 1e2Curso de Arquitetura e Urbanismo – Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO/FEMM. Escola Parque: Disponível em: https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2017/pdf/03_20.pdf
- Portal do CEU**: <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/>
- CANGUSSU, L. C. P. **Centros Educacionais Unificados de São Paulo**. Implementação e Continuidade numa nova Gestão Política. Dissertação de mestrado em educação, Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.
- DEVIDE, Fabiano P. **Gênero e mulher no esporte: história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

GOELLNER, Silvana V. **Corpos, gêneros e sexualidades:** em defesa do direito das mulheres ao esporte. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, v. 13, p. 99-112, 2021. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/dossie-corpos-generos-e-sexualidades-em-defesa-do-direito-das-mulheres-ao-esporte-silvana-vilodre-goellner/>

LOUZADA, Mauro, VOTRE, Sebastião e DEVIDE, Fabiano. **Representações de docentes acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de educação física.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v. 28, n. 2, p. 55-68, jan. 2007.

MARIANO, H. R., ALTMANN, H., RIBEIRO P., M. E., SUELEN G. da C., P. ., MARTINS, D., & Fontão Abdalla Coracini, L. (2023). **UNICAMP de portas abertas 2022: Oficinas sobre gênero ministradas para discentes, docentes e familiares que visitaram a Universidade** Resumo. Diversidade E Educação, 10(2), 17–46. <https://doi.org/10.14295/de.v10i2.14192>

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

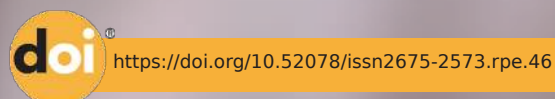
SALLES-COSTA R. et all. **Gênero e prática de atividade física de lazer** - Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2):S325-S333, 2003



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Aline Pereira Matias
Ana Cristina Silva Camisao Pereira
Denise Teixeira Santos Menezes
Fabiana Gouvêa Rodrigues
Fernanda dos Santos Ikier
Gizilda Barreto de Almeida Ribeiro
Graziela de Carvalho Monteiro
Jonatas Hericos Isidro de Lima
Solange Alves Gomes Zaghi
Rosinalva de Souza Lemes
Thaís Thomaz Bovo
Vidal António Machado



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

